

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 39 214

O atraso em que se encontra o nosso programa de preparação militar e a necessidade de se promover no sentido de ser reduzido ao mínimo esse atraso determinam o andamento urgente de todos os trabalhos em curso.

Considerando que os respectivos encargos se distribuem por mais de um ano económico;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937, e no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 38 614, de 24 de Janeiro de 1952;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É dispensado o cumprimento das formalidades legais, inclusive o visto do Tribunal de Contas, em relação ao contrato efectuado entre o Secretariado-Geral da Defesa Nacional e a firma Edward J. Mc Kenzié, Limitada, com sede em Lisboa, para a assistência técnica relativa ao reequipamento da Fábrica Militar de Braço de Prata.

Art. 2.º As despesas a realizar com a assistência técnica mencionada no artigo anterior não poderão exceder a quantia de 225 000 dólares ou o equivalente em moeda portuguesa, a efectuar pelas verbas orçamentais de despesa extraordinária de defesa nacional autorizadas pelo artigo 25.º e seu § único da Lei n.º 2 050, de 27 de Junho de 1951.

Art. 3.º Consideram-se devidamente legalizadas as despesas feitas por conta das dotações do capítulo 22.º, artigo 377.º, do orçamento do Ministério das Finanças para o ano de 1952, embora realizadas sem a total observância do preceituado no Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Maio de 1953. — ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 39 215

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto dos Ministérios

abaixo designados a mandar satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos», inscrita nos respectivos orçamentos do actual ano económico, as quantias seguintes:

Ministério das Finanças

Despesas de higiene e comunicações efectuadas pela Presidência da República e pela Presidência do Conselho nos anos de 1948 e 1952	12.502\$30	
Juros vencidos no 2.º semestre de 1952 por depósito de dinheiros que caucionam responsáveis da Fazenda Nacional	862\$50	
Despesas respeitantes a comissões pela venda de valores selados, efectuadas pelas Direcções de Finanças de Leiria e do Porto, referentes ao mês de Dezembro de 1952	50.472\$60	
Ajudas de custo relativas a pessoal do quadro do serviço fluvial e marítimo da Alfândega de Lisboa do mês de Dezembro de 1952	264\$00	
Despesas de conservação e aproveitamento do material efectuadas pela Alfândega de Lisboa em Novembro de 1952	409\$10	64.510\$50

Ministério da Justiça

Transportes fornecidos pela Companhia Nacional de Navegação ao delegado do procurador da República da comarca do Funchal, que se deslocou a Lisboa em Outubro de 1952 em serviço oficial	391\$90	
Despesas de conservação e aproveitamento de veículos com motor realizadas pelas Cadeias Cíveis Centrais de Lisboa no ano de 1952	23.788\$50	
Alimentação e outras despesas concernentes aos presos respeitantes aos anos de 1950, 1951 e 1952	9.762\$30	
Despesas com o serviço de remoção de presos referentes ao ano de 1952	52\$40	
Encargos contraídos nos anos de 1951 e 1952 pela antiga Inspeção do Trabalho Prisional e Correccional	2.827\$40	36.822\$50

Ministério do Exército

Ajudas de custo em dívida a dois segundos-sargentos que estiveram no ano de 1952 em diligência no grupo independente de aviação de caça	2.448\$00	
---	-----------	--

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Senhas de presença em dívida a vários membros da delegação portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha por assistência a reuniões efectuadas no ano de 1952	7.600\$00	
Despesas efectuadas no ano de 1952 pela Comissão Nacional da F. A. O., por motivo de visitas ao nosso país de técnicos estrangeiros da F. A. O.	753\$30	
Despesas efectuadas nos anos de 1951 e 1952 por embaixadas e legações e ainda por serviços do Ministério provenientes da aquisição de mobiliário e de artigos de adorno, de transportes, de reparações de automóveis e da expedição de telegramas	95.100\$00	103.453\$30

Ministério das Obras Públicas

Despesas de luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza realizadas pela Direcção Hidráulica do Guadiana no ano de 1952	1.519\$30	
--	-----------	--

Ministério da Educação Nacional

Despesas com o material e com pagamento de serviços e diversos encargos efectuadas no ano de 1952 pela Direcção do Distrito Escolar de Portalegre	1.970\$50	
---	-----------	--